



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 148

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 148**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Ofícios	02
Telex	03
Indicação	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	08
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	16
Discussão / Votação:	
1ª Discussão	16
2ª Discussão	29
Requerimentos	35
Encerramento da Sessão	35

135ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 135ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE DEZEMBRO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Cesar Seleme e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Art-

gão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duflio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Augustinho Zucchi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob o nº CTL/CC nº 232/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

503/05: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Jacob Alfredo Stoffls Kaefer, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.935.

Sob o nº CTL/CC nº 230/05, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 639/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos expostos. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o n CTL/CC nº 231/05, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO integralmente o Projeto de Lei nº 246/05, de autoria do Deputado André Vargas, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o n CTL/CC nº 233/05, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO parcialmente o Projeto de Lei nº 562/05, de autoria da Bancada do PMDB, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos expostos. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o n CTL/CC nº 234/05, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO parcialmente o Projeto de Lei nº 563/05, de autoria da Bancada do PMDB, por julgar partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos expostos. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Telex

TELEX

A S. Exa. o Sr. Deputado Hermas Eurídes Brandão
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3055
Requerente: Procurador-Geral da República
Requerida: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

De ordem, em atenção ao Ofício nº 622/05-GP (CPIN-STF nº 142228/2005), informo que, por equívoco, o Telex nº 4193, transmitido a V. Exa. em 24/11/2005, e o Ofício nº 121-P/MC, encaminhado a essa Presidência em 28/11/2005, referiram-se à Lei nº 10.860, de 31 de agosto de 2001, quando, na realidade, deveriam aludir, como ora se faz, a Lei nº 11.766, de 4 de julho de 1997, desse Estado, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Sessão Plenária realizada em 24 de novembro de 2005, por unanimidade. Respeitosamente, Ana Luíza M. Veras, secretária judiciária/STF.

Indicação

INDICAÇÃO Nº 072/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Deputado Padre Paulo Campos dirige-se a V. Exa. para sugerir e expor o que segue:

I - Sugere-se que seja incluído a matéria do Ensino Religioso, na grade de ensino fundamental e médio, em todas as Escolas e Colégios Públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A inclusão da matéria de ensino religioso, tem por objetivo conhecer e viver a religião, em sentido *latu sensu* fazer discriminação a nenhuma das existentes.

O conteúdo da matéria possui por objetivo geral, entre outros:

a) a fomentação do hábito de leitura e reflexão desse tema;

b) a complementação na formação dos cidadãos, através da reflexão religiosa;

c) a criação do olhar religioso para a realidade social de cada educando paranaense.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 4109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 527/2005, por dez Sessões.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 4134

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 15 de dezembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Extraordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4111-A

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do servidor Luís Carlos Molinari, ocorrido na data de hoje, 14 de dezembro, na cidade de Curitiba.

Diretor do Departamento Pessoal, Molinari foi um dos mais competentes e honrados diretores desta Casa de Leis.

Amigo dedicado, criou um grande círculo de amizades dentro da comunidade de servidores.

Esta Casa reverencia a memória deste extraordinário homem público que muito contribuiu com a Assembléia Legislativa e com este Estado e, associa-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências, e que seja oficiada a família em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 4120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, pelo falecimento do Diretor de Pessoal desta Casa Luís Carlos Molinari.

Molinari ocupou o cargo de Diretor de Pessoal desta Casa por muitos anos, sendo uma pessoa muito querida, não só entre os Deputados, Diretores, como entre os funcionários que o tinham como verdadeiro pai e amigo.

Luís Carlos Molinari foi acometido por uma doença grave e de difícil diagnóstico, mas, durante todo o período de doença foi um verdadeiro batalhador e em nenhum momento deixou de cumprir suas funções nesta Casa.

Que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, os sentimentos de todos os Deputados, Diretores e funcionários, e, que a vida do Molinari seja um exemplo de confiança e amizade.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4127

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Mânica Purkote, em 11 de novembro do corrente.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4128

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Kovalski, aos 72 anos de idade.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4130

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, na condição de Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB, REQUER à Mesa seja registrado nos Anais desta Casa de Leis voto de pesar em razão do falecimento nesta data, do Diretor Geral Adjunto da Assembléia Legislativa do Paraná, Sr. Luís Carlos Molinari.

Molinari era uma pessoa querida entre os Deputados, Diretores e funcionários, que o consideravam verdadeiro pai e amigo, sempre pronto a aconselhar de forma ponderada a todos que o procuravam. Sempre foi um lutador, mesmo nos momentos mais difíceis da grave doença. Nunca deixou de trabalhar e de cumprir sua importante função nesta Assembléia Legislativa.

O sentimento de perda é geral nesta Casa, razão pela qual o Bloco Parlamentar PP/PSB e funcionários pedem o registro de pesar.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Luís Carlos Molinari, Diretor de Recursos Humanos da Assembléia Legislativa do Paraná, que iniciou sua carreira nesta Casa como ascensorista e que de maneira brilhante conquistou seu espaço, chegando a ocupar o cargo na Diretoria supra mencionada.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 4135

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Deusdedit Álvares Gomes (Dr. Denis), no último dia 27 de janeiro de 2005, no Rio de Janeiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 64 anos de idade, faleceu no último dia 27 de janeiro de 2005, o Dr. Deusdedit Álvares Gomes (Dr. Denis), deixando viúva a Dr. Noeme Silva Sucupira; deixou três filhos: Marcos, Denise e Eveline e cinco netos: Ana Carolina, Marcus Júnior, Eduardo, Isabela e João Pedro.

Deusdedit Álvares Gomes (Sr. Denis), era maranhense, nascido em São Luís, residente no Paraná desde 1940. Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; formado também em filosofia pela mesma instituição; ex-acadêmico de medicina.

Fundou a OAB de Cruzeiro do Oeste e foi o seu primeiro presidente.

Como advogado criminalista defendia todas as causas criminais, tendo realizado quase mil júris. Porém, sua luta principal era pela dinamização da justiça, assistência aos necessitados, principalmente às crianças, educação e saúde.

Foi suplente de Deputado Estadual e ex-assessor do ex-ministro do Trabalho Amauri Silva. Criou vários Partidos no Paraná, sendo que nessa região fundou: MDB (atual PMDB) e o PDT, participando também da fundação de outros Partidos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos e de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes aos amigos assim aos menos favorecidos pela sorte.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Deusdedit, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gomes, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 4114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao município de Francisco Beltrão, pela passagem de seu aniversário.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 4115

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações ao Grupo de Dança Castro - Companhia Superação, pela boa apresentação realizada no dia 13 de dezembro passado, na abertura da Reunião semanal do Governador Roberto Requião com o Secretariado.

Requer, ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência no endereço: Rua Marechal Deodoro, nº 348, Vila Rio Branco, CEP: 84172-540, Castro-PR.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 4116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações ao Grupo de Dança da Escola Municipal Lourival Leite de Carvalho, do município de Castro, pela boa apresentação realizada no dia 13 de dezembro passado, na abertura da Reunião semanal do Governador Roberto Requião com o Secretariado.

Requer, ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência no endereço: Rua Lauro Bueno, nº 200, Conjunto Habitacional Padre Piva, CEP: 84178-180, Castro-PR.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 4117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações ao professor Nelson Canabarro e às alunas: Camila Gomes Marinho, Bianca Gomes Marinho, Fernanda da Rosa Ribeiro, Francielle Milléo, Ewelyn Adriane Chaves Araújo, Gabriela Cordeiro da Costa, Rafaela da Rosa Ribeiro, Mariana Fabris e Vanessa Bueno, do Colégio Sepam de Ponta Grossa, pelo recebimento do Prêmio ODM (Objeto do Desenvolvimento do Milênio) Brasil 2005, na categoria "Combate ao HIV/Aids, Malária e outras Doenças", promovido pela Organização das Nações Unidas - ONU, que será entregue pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 15 de dezembro próximo aos responsáveis pelo Projeto Menarca.

O Projeto Menarca, que foi escolhido entre 960 inscritos como melhor no país para cumprir o objetivo de combate à aids e outras doenças, é desenvolvido pelas nove alunas do Colégio Sepam, sob a coordena-

ção do seu autor, Professor Nelson Canabarro fazendo palestras em escolas, na maioria públicas, abordando temas como métodos contraceptivos, câncer de mama, anatomia, higiene dos órgãos genitais e uso correto da camisinha e abrindo em seguida espaço para perguntas e debate.

Por ser um projeto simples e de baixo custo e estar atingindo grande número de adolescentes (já esteve em trinta e oito escolas da região dos Campos Gerais, atingindo mais de três mil alunos), sanando a falta de informações sobre os temas elencados, teve seu valor reconhecido pela ONU, que além de conceder o prêmio, estuda a possibilidade de desenvolver a idéia na África.

Requer, ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência no endereço: Rua General Carneiro, nº 1.170, Centro, CEP: 87.010-370, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 4118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações à Direção do Colégio Sepan de Ponta Grossa e sua mantenedora Sociedade Educacional Professor Altair Mongruel, através de seus diretores, Osni Mongruel Júnior e Odeni Villaca Mongruel, respectivamente, pelo recebimento do Prêmio ODM (Objeto do Desenvolvimento do Milênio) Brasil 2005, na categoria "Combate ao HIV/Aids, Malária e outras Doenças", promovido pela Organização das Nações Unidas - ONU, que será entregue pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 15 de dezembro próximo aos responsáveis pelo Projeto Menarca.

O Projeto Menarca, que foi escolhido entre 960 inscritos como melhor no país para cumprir o objetivo de combate à aids e outras doenças, é desenvolvido pelas nove alunas do Colégio Sepan, sob a coordenação do seu autor, Professor Nelson Canabarro fazendo palestras em escolas, na maioria públicas, abordando temas como métodos contraceptivos, câncer de mama, anatomia, higiene dos órgãos genitais e uso correto da camisinha e abrindo em seguida espaço para perguntas e debate. Por ser um projeto simples e de baixo custo e estar atingindo grande número de adolescentes (já esteve em trinta e oito escolas da região dos Campos Gerais, atingindo mais de três mil alunos), sanando a falta de informações sobre os temas elencados, teve seu valor reconhecido pela ONU, que além de conceder o prêmio, estuda a possibilidade de desenvolver a idéia na África.

Requer, ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência no endereço: Rua General

Carneiro, nº 1.170, Centro, CEP: 87.010-370, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 4129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Gonçalo Cardoso da Silva e Irene Caetano Novaes da Silva, que completará 25 anos de União Conjugal, celebrando - bodas de prata, no dia 24 de janeiro de 2006.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da efetividade e advertência amadurecida.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu Infinito Amor cubra-os de bênçãos, guiando seus passados e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo nos Anais desta Casa ao Dr. Albino José de Boni, pelos seus excelentes serviços prestados na área jurídica e à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. José Carlos Pienta (Pizzaria Rota), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao casal: José Nei Simões Moreira e Isaura Mieka Tutumi Moreira (Box Tutumi Cia Ltda - Mercado Municipal), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4105

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo à Sra. Maria Aparecida Ioncik (Loja Maria Modas), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Mário Camilo da Rocha (Restaurante Roda Viva), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao casal: Pedro João de Salves e Judite Carolina de Souza de Salves, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao casal: Romir Bastos e Renilda Moreira Bastos (Transportadora GTB Ltda), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo nos Anais desta Casa ao Dr. José Rubens Alcântara Madureira, pelos seus relevantes serviços prestados na área da medicina (cardiologia/pediátrica).

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4099-A

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo providências para a urgente nomeação de Delegada para a Delegacia da Mulher de Campo Mourão, conforme reivindicação daquela municipalidade formulada na correspondência anexa.

Imprescindível garantir condições de trabalho para a referida unidade de segurança pública, proporcionando às famílias de Campo Mourão o necessário atendimento.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhando solicitação do Colégio Estadual Ieda Baggio Mayer, de Cascavel.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 4125

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Direitos Humanos, juntamente com documentação em anexo, para solicitar que seja agilizado o processo de busca e apreensão do menor Giuseppe Dal Prá, já expedido pela Vara da Família da Comarca de Curitiba, que foi raptado pelo pai, Nadimir Luiz Dal Prá, que encontra-se na Europa, e que tem Mandado de Prisão Preventiva decretada no Brasil pela 9ª Vara Criminal de Curitiba, e Carta Rogatória já expedida pela Polícia Federal e encaminhada à Interpol.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente. Trata o requerimento de um caso cruel de desrespeito aos direitos humanos, que recorre a mãe, Sra. Olga Cecília Lesnioski, que teve o filho raptado pelo próprio marido, em 05 de fevereiro de 1999, tendo sido levado originalmente para a Inglaterra, onde viviam antes da separação. O caso, conforme documentos em anexo, tramita no Judiciário brasileiro desde àquela época, inclusive com Mandado de Prisão Preventiva já decretado, sem solução definitiva.

É por demais cruel e desumana a situação da mãe, e brava a sua luta incessante, que jamais desistiu da busca e que não tem qualquer tipo de contato com o filho, que tinha à época, três anos e hoje conta com dez. A Justiça já expediu Mandado de Prisão Preventiva contra o pai seqüestrador e, no entanto, não logra êxito.

Isto posto, esta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania vem rogar aos demais Pares o esforço para que se restabeleça a justiça e que mãe e filho possam retomar suas vidas dentro da normalidade que lhes é de direito.

REQUERIMENTO Nº 4132

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE o envio ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Aldo Parzianello, da carta anexa, onde o agente penitenciário Nilton Luciani, Curitiba, pede veemente a permanência da escala de trabalho de 24x48, pois se realmente houver mudança de 12x36, esta categoria funcional terá o salário reduzido em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas e também ao Sr. Nilton Luciani, rua Domingos Benato, nº 374 - Botiatuvinha - CEP: 82.320-590.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Sugiro, que as autoridades competentes, ouçam o que pede o povo.

REQUERIMENTO Nº 4126

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores do Bairro Prado Velho e usuários de transporte coletivo que têm ponto nas proximidades da PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, os quais pedem policiamento ostensivo no local.

Ocorre que, em época de férias, como diminui consideravelmente o fluxo de pessoas nos locais próximos à PUC, desocupados e assaltantes agem livremente, assaltando os usuários nos pontos e no interior dos ônibus. Os moradores, comerciantes e pedestres em geral correm o mesmo risco constantemente, motivo de tal reivindica-

ção. A insegurança é total e a presença de policial certamente inibirá a ação dos marginais.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 792/2005**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, com sede no município de Bituruna e foro no município de União da Vitória.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, com sede no município de Bituruna e foro no município de União da Vitória, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de saúde e assistência social à população de Bituruna e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 793/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar o acesso estadual que liga a BR-369 ao município de Mamborê, como Prefeito Armando Alves de Souza.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa é uma reivindicação de lideranças políticas e comunitárias da região, tendo em vista os relevantes serviços prestados pelo Sr. Armando, pessoa de elevada estima, o qual perdeu a vida defendendo os interesses do povo, quando acidentou-se a caminho da capital.

Com a maneira simples de tratar as pessoas, conquistou dois mandatos como Prefeito Municipal, e representou-os de maneira digna e honrosa, marcando de forma definitiva seu conceito de homem probo, sério e cumpridor de suas obrigações, assumidas em palanques e no dia-a-dia em seus contatos com a população simples e sofrida.

PROJETO DE LEI Nº 794/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Paranaguá Ação Social, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

O Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Paranaguá Ação Social, com sede e foro no município de Paranaguá, entidade sem fins lucrativos, inspirado na necessidade de promover a valorização da pessoa humana, tem por finalidade atender a criança carente, o idoso e o deficiente melhorando sua condição de vida.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 795/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Espírita Paz e Luz, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Paz e Luz, com sede e foro no município de Paranaguá, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de difusão da doutrina Espírita por meio de estudos e práticas, no seu tríplice aspecto filosófico, científico e religioso, consoante aos princípios codificados por Allan Kardec.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 796/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei estabelece normas de prevenção das doenças e critérios da saúde dos trabalhadores das esferas públicas e privadas do Estado do Paraná, com finalidade

de protegê-los das Lesões por Esforços Repetitivos - LER.

Art. 2º Define-se como Lesões por Esforços Repetitivos - LER, as afecções que acontecem os tendões, músculos, nervos, fâcias, ligamentos, isoladas ou associadamente, com ou sem degeneração de tecidos, atingindo principalmente, porém não somente, os membros superiores, região escapular, pescoço e coluna vertebral. São provocadas por atividades nos processos de trabalho, assim como de sua organização, que exigem do trabalhador, de forma combinada ou não de:

a) utilização repetitiva, continuada e forçada de grupos musculares;

b) manutenção de posturas inadequadas;

c) tensão psicológica decorrente do ritmo, intenso, duração da jornada ou mecanismo de controle do trabalho;

d) fatores relacionados aos postos de trabalho, aos equipamentos e às condições de trabalho que limitam a autonomia dos trabalhadores sobre investimentos do próprio corpo e reduzem sua criatividade e liberdade de expressão.

Art. O Sistema Único de Saúde através dos Programas de Saúde do Trabalhador aplicará em suas atividades de fiscalização os seguintes critérios técnicos:

I - de procedimento de diagnóstico, tratamento e condutas das Lesões por Esforços Repetitivos - LER - Normas Técnicas para Avaliação de Capacidade - MPS/INSS. 1993;

II - de organização do trabalho, seguir os procedimentos da NR 17 - Ergonomia - Normas Regulamentadoras NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, Portaria 3.214 de 05/06/78;

III - de prevenção das Lesões por Esforços Repetitivos - LER - baseada na adoção obrigatória das seguintes medidas:

a) garantia de informação aos trabalhadores sobre os riscos a que estão submetidos em função das condições de trabalho, assim como sobre as medidas adotadas pelas empresas para evitar agravos à sua saúde;

b) estabelecimento de pausas e limitações de tempo de trabalho e determinados postos que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - LER garantidas às pausas de 10 (dez) minutos para cada (cinquenta) minutos trabalhados com jornada de trabalho de 6 (seis) horas, sendo as pausas computadas como tempo trabalhados;

c) determinação de alterações nos processos e organização do trabalho, de modo que permita o enriquecimento e alternância das tarefas, bem como controle do ritmo de trabalho pelo trabalhador que a executa, visando a redução das pressões e tensões do trabalho;

d) adequação de máquinas, mobiliários, dispositivos, equipamentos e ferramentas de trabalho as características dos trabalhadores, de modo a reduzir a

intensidade dos esforços aplicados a corrigir posturas desfavoráveis na realização de movimentos repetitivos;

e) adequação do ambiente de trabalho em relação a temperatura e aos níveis de ruídos e iluminação garantindo o bem estar dos trabalhadores;

f) estabelecimento de ações de vigilância da saúde dos trabalhadores com avaliação periódica das condições e organização do trabalho;

g) estabelecimento de procedimento de rotina de exames clínicos periódicos especiais os retornos ao trabalho após licença médica superior a 15 (quinze) dias e no momento da demissão.

Art. 4º Os casos de Lesões por Esforços Repetitivos - LER, mesmos ou suspeitos, deverão ser notificados, por qualquer empresa, pessoas, órgãos ou entidades, aos órgãos competentes do Sistema Único de Saúde, que tomarão as providências necessárias.

Art. 5º O descumprimento do estabelecimento por esta lei acarretará as penalidades seguintes:

I - advertência;

II - multa diária de 1 (uma) a 1.000 (mil) UFIRs;

III - suspensão temporária das atividades em caso de residência ou riscos graves à saúde.

Art. 6º O Sistema Único de Saúde dos Programas de Saúde do Trabalhador, fiscalizará o cumprimento e aplicará as penalidades previstas na legislação vigente, especialmente as enumeradas no artigo 5º desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Lesões por Esforços Repetitivos - LER é o nome que é utilizado para identificar um conjunto de doenças que atingem músculos, tendões e membros superiores, provocadas pelo uso inadequado destas estruturas anatômicas, em consequência de traumas cumulativos, geralmente relacionados com atividades profissional, porém ocorre em funcionários que executam tarefas com movimentos repetitivos, rápidos e/ou vigorosos, durante um longo período de tempo.

Observando-se o aumento de incidências dessas, nessas diversas atividades, compreende-se a importância da apresentação do presente projeto de lei que estabelece normas de prevenção dessas doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - LER, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e conseqüentemente melhor qualidade de vida aos trabalhadores e maior produtividade nas empresas paranaenses.

Em função do elevado teor social deste projeto de lei, solicitamos especial atenção dos nobres Pares desta Casa, no sentido de viabilizar a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 797/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecido o Coral Vozes da Estrada pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.074.756/0001-61, a qualidade de entidade de utilidade pública estadual.

Art. 2º O Coral Vozes da Estrada, nessa qualidade, poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previstos na legislação estadual.

Art. 3º O Coral Vozes da Estrada, conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de ensino da prática do canto, para a comunidade, que será periodicamente atestada as apresentações, pela Secretaria de Estado da Cultura onde o coral prestou serviço.

Parágrafo único. Incumbe à Secretaria de Estado da Cultura determinar os critérios e períodos através dos quais procederá à certificação dos serviços de utilidade pública prestados pelo Coral Vozes da Estrada.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder de tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera Misabel Derzi¹:

A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez "atendidos os requisitos da lei". A norma não tem, portanto, eficácia plena e incontestável, como a (imunidade) recíproca, mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar.

1. Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição, Editora Forense.

À luz da Constituição de 1988, não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c, por força do que estabelece o artigo 146, II.

Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:

- a constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;

- a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária de pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatários de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.

Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido "material" supre tal função, dispondo sobre os "requisitos" exigidos pela Constituição.

Para concluir mais adiante:

Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.

Hugo de Brito Machado¹ compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

"A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Neste mesmo diapasão, Roque Carazza²:

Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma "limitação constitucional ao poder de tributar". Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) Muito bem: estamos plenamente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional. (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c, da Constituição Federal.

Na mesma esteira, Ives Gandra Martins³ consigna:

... a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar; como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código Tributário Nacional tal impositor de requisitos. É que, se ao legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la "pro domo suo". Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da Federação, é a única capaz de impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Também Sacha Calmon Navarro Coelho⁴:

... se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria como permitir ao condenado o poder de dosimetrar a própria pena...

Esta Suprema Corte, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo Ministro Marco Aurélio, referendada pelo Plenário:

A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame - sem obsecância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição Federal. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

A cláusula que remete à disciplina legal - e, aí, tem-se a conjugação com o disposto no inciso II, do artigo 146 da Carta da República, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelos costumes, da expressão "entidades beneficentes de assistência social".

Esta também é orientação jurisprudencial do Superior Tribunal De Justiça:

RESP. nº 27.261-4/MG

Relator: Ministro Garcia Vieira

In Revista do Superior Tribunal de Justiça nº 48

Ementa:

"Vedação ao Poder de Tributar - Instituição Social - Cumprimento - Requisitos Legais. A imunidade é insti-

1. Curso de Direito Tributário, 12ª Ed. 197/198

2. in parecer formulado a pedido de Paranaprevidência, pág. 14, cópia em anexo.

3. Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 185

4. Imunidades Tributárias, in Imunidades Tributárias, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitário, São Paulo, RT, 1998, pág. 228.

tuída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CTN."

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Segunda Turma

Apelação em Mandado de Segurança nº 24444

Relator: Juiz Castro Aguiar

Data da decisão: 23/05/2001

Ementa:

"Mandado de Segurança - Imunidade Tributária - Rendimentos Auferidos em Aplicações em Fundos de Investimentos.

I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, "c", da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CTN).

II - Apelação provida.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Sexta Turma

Recurso Ex-Ofício nº 97.03.025753-4

Relatora: Juíza Marli Ferreira

Publicação: DJ 17/03/1999, pág. 438.

Ementa:

"Tributário. Constitucional. Imunidade. Instituições Religiosas, de Educação e Assistência Social. Imposto de Importação e IPI. Artigo 9º, IV, alínea "c" e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea "c" da Constituição Federal - Falta de Prova.

1.. omissis...

2.. omissis..

3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ou atender às razões de existência do próprio estado.

4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem que atenda os artigos 9, IV, alínea "c" e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea "c" da Constituição Federal.

5. Sentença reformada integralmente.

6. Remessa oficial provida."

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2000.04.01.027274-4/RS

Relator: Juiz Wilson Darós

Publicação: DJ nº 215-E, 08/11/2000

Ementa:

"A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar, como estatuído no artigo 146 da Carta Política, pois a ela cabe regular

as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146, II).

Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição da imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 1991, mas sim no Código Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar."

Tribunal Regional Federal Da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2001.70.08.001839-2/PR.

Relator: Juiz Dirceu de Almeida Soares

Publicação: DJ nº 68, 10/04/2002, pág. 512

Ementa:

"Tributário. Imunidade. Entidade de Caráter Assistencial e Filantrópico, artigo 195, parágrafo 7º da CF/88. Lei Complementar. Artigo 14 do CTN.

1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN nº 2.028-5 de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.

2. O artigo 195, parágrafo 7º, da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto tratar-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).

3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.

4. Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.

5. Demonstrados os requisitos do artigo 14 do CTN, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º."

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados ao Coral Vozes da Estrada através do projeto de lei em foco, seria decorrente até mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previsto *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional a constar:

- Não distribuir lucros (14,I);

- aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14, II);

- manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14, III).

No caso, o Coral Vozes da Estrada em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

a) não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécies, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;

b) por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades, mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Assim, a mesma condição de ente de Utilidade Pública Estadual, que tem sido reconhecida a vários entes que preenchem os mesmos requisitos, deve agora ser outorgada ao Coral Vozes da Estrada, que não só oferece ensino e prática da música completamente gratuito, às pessoas carentes, como também presta serviços de relevo ímpar no incentivo da cultura em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 798/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecido o Centro Comunitário Alto Bela Vista pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.808.975/0001-00, a qualidade de entidade de utilidade pública estadual.

Art. 2º O Centro Comunitário Alto Bela Vista, nessa qualidade, poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previstos na legislação estadual.

Art. 3º O Centro Comunitário Alto Bela Vista, conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de atendimento e promoção social às crianças, aos adolescentes e aos seus familiares, que será periodicamente atestado pelo Estado por meio da Provopar.

Parágrafo único. Incumbe à Provopar determinar os critérios e períodos através dos quais procederá à certificação dos serviços de utilidade pública prestados pelo Centro Comunitário Alto Bela Vista.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder de tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera Misabel Derzi¹:

A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez "atendidos os requisitos da lei". A

norma não tem, portanto, eficácia plena e incontestável, como a (imunidade) recíproca, mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar.

À luz da Constituição de 1988, não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c, por força do que estabelece o artigo 146, II.

Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:

- a constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;

- a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária de pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatários de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.

Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido "material" supre tal função, dispondo sobre os "requisitos" exigidos pela Constituição.

Para concluir mais adiante:

Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.

Hugo de Brito Machado² compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

"A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Neste mesmo diapasão, Roque Carazza³:

Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma "limitação constitucional ao poder de tributar". Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) Muito bem: estamos ple-

1. Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição, Editora Forense.

2. Curso de Direito Tributário, 12ª Ed. 197/198

3. in parecer formulado a pedido de Parana Previdência, pag. 14, cópia em anexo.

namente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional. (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c. da Constituição Federal.

Na mesma esteira, Ives Gandra Martins¹ consigna:
... a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar, como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código Tributário Nacional tal impositor de requisitos. É que, se ao legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la "pro domo suo". Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da Federação, é a única capaz de impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Também Sacha Calmon Navarro Coelho²:
... se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria como permitir ao condenado o poder de dosimetrar a própria pena...

Esta Suprema Corte, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo Ministro Marco Aurélio, referendada pelo Plenário:

A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame - sem obseância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição Federal. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

A cláusula que remete à disciplina legal - e, aí, tem-se a conjugação com o disposto no inciso II, do artigo 146 da Carta da República, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelo costumes, da expressão "entidades beneficentes de assistência social".

Esta também é orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

1. Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 185

2. Imunidades Tributárias, in Imunidades Tributárias, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitária, São Paulo, RT, 1998, pág. 228.

RESP. nº 27.261-4/MG

Relator: Ministro Garcia Vieira

In Revista do Superior Tribunal de Justiça nº 48

Ementa:

"Vedação ao Poder de Tributar - Instituição Social - Cumprimento - Requisitos Legais. A imunidade é instituída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CTN."

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Segunda Turma

Apelação em Mandado de Segurança nº 24444

Relator: Juiz Castro Aguiar

Data da decisão: 23/05/2001

Ementa:

"Mandado de Segurança - Imunidade Tributária - Rendimentos Auferidos em Aplicações em Fundos de Investimentos.

I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, "c", da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CTN).

II - Apelação provida.

Tribunal Regional Federal Da 3ª Região

Sexta Turma

Recurso Ex-Ofício nº 97.03.025753-4

Relatora: Juíza Marli Ferreira

Publicação: DJ 17/03/1999, pág. 438.

Ementa:

"Tributário. Constitucional. Imunidade. Instituições Religiosas, de Educação e Assistência Social. Imposto de Importação e IPI. Artigo 9º, IV, alínea "c" e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea "c" da Constituição Federal - Falta de Prova.

1.. omissis...

2.. omissis..

3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ou atender às razões de existência do próprio estado.

4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem que atenda os artigos 9, IV, alínea "c" e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea "c" da Constituição Federal.

5. Sentença reformada integralmente.

6. Remessa oficial provida."

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2000.04.01.027274-4/RS

Relator: Juiz Wilson Darós

Publicação: DJ nº 215-E, 08/11/2000

Ementa:

"A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar, como estatuído no artigo 146 da Carta Política, pois a ela cabe regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146, II).

Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição da imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 1991, mas sim no Código Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar."

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2001.70.08.001839-2/PR.

Relator: Juiz Dirceu de Almeida Soares

Publicação: DJ nº 68, 10/04/2002, pág. 512

Ementa:

"Tributário. Imunidade. Entidade de Caráter Assistencial e Filantrópico, artigo 195, parágrafo 7º da CF/88. Lei Complementar. Artigo 14 do CTN.

1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN nº 2.028-5 de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.

2. O artigo 195, parágrafo 7º, da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto tratar-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).

3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.

4. Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.

5. Demonstrados os requisitos do artigo 14 do CTN, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º."

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados ao Centro Comunitário Alto Bela Vista -, por meio do projeto de lei em foco, seria decorrente até mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previsto *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional a constar:

- Não distribuir lucros (14,I);
- aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14, II);
- manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14, III).

No caso, o Centro Comunitário Alto Bela Vista em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

a) não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécies, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;

b) por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades, mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Assim, a mesma condição de ente de Utilidade Pública Estadual, que tem sido reconhecida a vários entes que preenchem os mesmos requisitos, deve agora ser outorgada ao Centro Comunitário Alto Bela Vista, que não só oferece atendimento completamente gratuito, às crianças, aos jovens, idosos e familiares, como também presta serviços de relevo ímpar, atuando na cidadania, o desenvolvimento humanos, cultural, sociais, esportivo e econômico e o bem estar da comunidade, aos participantes do Centro Comunitário Alto Bela Vista e seus familiares, com grande meta. Em anexo, documentação comprobatória.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Conforme entendimento com os Líderes do Governo e da Oposição, não teremos nem o Pequeno, nem o Grande Expediente, nem Horário de Liderança, porque faleceu hoje pela manhã às 9:30min, o Diretor da área pessoal desta Casa, o funcionário Luís Carlos Molinari. Seu corpo será velado aqui na Assembléia, a partir das 17 horas.

Então, com o entendimento que houve, não haverá horário destinado ao Pequeno Expediente, ao Grande Expediente e ao Horário das Lideranças. Nós provavelmente teremos cinco Sessões no dia de hoje. Então, peço a compreensão dos Srs. Parlamentares, até para encaminhamento, eu gostaria que encaminhassem os projetos, que fossem encaminhados, no entendimento, um pela aprovação e outro pela não aprovação.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Presidente Hermas Brandão, 1º Secretário Nereu Moura, é justa, é uma forma de homenagearmos alguém, como o Molinari, que começou na Assembléia Legislativa como ascensorista, menininho, ele era menino quando aqui começou. Molinari que prestou grandes serviços a esta Casa. É uma grande saudade do Molinari, ele que contribuiu com esta Casa por muitos e muitos anos, contribuiu com a democracia, contribuiu com as liberdades do seu posto. As nossas saudades, e parabéns por essa atitude da Comissão Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu respeito, já conversamos sobre essa decisão, eu apenas gostaria que fizéssemos um entendimento com o Líder do Governo quanto as votações, porque nós temos a votação daquele projeto que aumenta a multa, e que eu não concordo em votar, senão eu terei que usar a obstrução, e eu não gostaria nesse momento de usar a obstrução, seria muito melhor um entendimento.

Por essa razão gostaria que V. Exa. promovesse uma reunião dos líderes para ver se nós conseguimos chegar num consenso quanto a este projeto, quanto aos demais eu certamente vou colaborar com o entendimento da Casa.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 53 Srs. Deputados:

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação n° 072/2005, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo a inclusão do Ensino Religioso no ensino fundamental e médio do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Telex, proveniente do Supremo Tribunal Federal, subscrito pelo Sr. Procurador Geral da República, constante do expediente a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 3055. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4083, 4086, 4088, 4089, 4090, 4091, 4093 e 4094, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Padre Paulo Campos, Francisco Bühler, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, constantes do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária do

dia 14.12.2005 (quarta-feira) para a votação dos Projetos de Lei n°s 705, 704, 343, 493, 598, 605, 666 e 233/2005.

Prejudicados.

Requerimento n° 4098, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Srs. Deputados Ademar Traiano, Renato Gaúcho, Arlete Caramês e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 14/12/2005 em Comissão Geral de Plenário para votação do Projeto de Lei n° 527/2005, que trata da proibição de repasses de recursos financeiros de publicidade, por se tratar de interesse público. **Prejudicado.**

Requerimentos n°s 4084, 4085 e 4092, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Padre Paulo Campos, Francisco Bühler, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, constantes do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) para a votação dos Projetos de Lei n°s 772, 703 e 788/2005. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4134, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 15/12/2005 (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Extraordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4111, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 025/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de novembro e dezembro de 2005. Resolução n° 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 025/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs.

Deputados, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2005, conforme Resolução de nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Ademair Traiano e Plauto Miró Guimarães.

PROPOSIÇÃO Nº 119/2005

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 119/2005, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2005, regulamentada pela Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Após análise criteriosa do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supra citada e não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, delibera este relator, pelo parecer favorável - aprovado, uma vez que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor.

Pelo acima exposto, este relator decide pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 788/2005, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, autorizando o Poder Executivo a reduzir as alíquotas do ICMS na importação de bens e mercadorias. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 788/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer tratamento especial para a importação de bens e mercadorias pelos portos de Paranaguá e Antonina, com redução das alíquotas do ICMS, de forma a neutralizar incentivos fiscais concedidos por outros Estados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 788/2005

Art. 1º O estabelecimento industrial paranaense que realizar a importação, de bem ou mercadoria, através de aeroportos e dos portos de Paranaguá e Antonina, com desembaraço aduaneiro no Estado, poderá beneficiar-se com a suspensão do pagamento do ICMS devido nessa operação:

I - quando tenha por objeto matéria-prima, material intermediário ou secundário, inclusive material de embalagem, para ser utilizado em seu processo produtivo, para a saída dos produtos industrializados do estabelecimento importador;

II - quando tenha por objeto bens para integrar o seu ativo permanente, para os quarenta e oito meses subsequentes ao da entrada dos bens no estabelecimento importador, na proporção de 1/48 (um e quarenta e oito avos) do valor devido ao mês;

III - quando tenha por objeto bens de uso e consumo do estabelecimento, mediante lançamento do débito em conta gráfica no mês do ingresso desses bens no estabelecimento importador.

Art. 2º O estabelecimento que realizar a importação dos bens e das mercadorias descritos nos incisos I e II do artigo anterior poderá escriturar em sua conta gráfica, no período em que ocorrer a entrada das mercadorias no estabelecimento, um crédito correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto devido na importação, até o limite máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor da respectiva base de cálculo, e que resulte em carga tributária mínima de 3% (três por cento).

Art. 3º O estabelecimento que realizar a importação dos bens referidos no inciso II do artigo 1º poderá escriturar durante quarenta e oito meses a contar da entrada dos bens no estabelecimento importador o crédito do imposto devido na operação na proporção de 1/48 (um e quarenta e oito avos) ao mês.

Art. 4º Os créditos de que tratam os artigos 2º, decorrentes da importação dos insumos relacionados no inciso I do artigo 1º, e 3º não serão estornados nos casos em que a operação que corresponda à do encerramento da fase de suspensão esteja imune ao imposto em razão de exportação para o exterior, isenta por saída para as Zonas Francas do país, ou sujeita ao regime de diferimento do pagamento do imposto.

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais e demais estabelecimentos de contribuintes do imposto deverão pagar o imposto devido pela importação por ocasião do desembaraço aduaneiro das mercadorias ou bens importados.

Art. 6º Os estabelecimentos relacionados no artigo anterior poderão utilizar, por ocasião do pagamento, um crédito correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto devido na importação, até o limite máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor da respectiva base de cálculo, e que resulte em carga tributária mínima de 3% (três por cento).

Art. 7º O crédito presumido de que trata esta lei não se aplica às importações de petróleo, combustíveis e lubrificantes de qualquer natureza, veículos automotores, armas e munições, perfumes e cosméticos e nem aos serviços de transporte e de comunicação.

Art. 8º Em nenhuma circunstância o valor do crédito fiscal em decorrência de importação de bens ou de mercadorias poderá exceder o valor do imposto incidente nessa operação.

Art. 9º O imposto devido nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, em que o importador tenha sido eleito o contribuinte substituto das etapas posteriores de circulação das mercadorias, poderá ser exigido no momento do desembaraço aduaneiro das mercadorias.

Art. 10. Consideram-se bens de uso e consumo para os efeitos desta lei e da legislação do ICMS os que não participam direta ou indiretamente do processo de produção, na comercialização de mercadorias e na prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 11. O Poder Executivo, através de Decreto, poderá:

I - deixar de conceder o crédito presumido desta lei nos casos em que o benefício à importação venha causar prejuízo à indústria, à agricultura ou à economia do Estado, em que possa causar grave dano à arrecadação tributária ou em que haja revogação de benefícios semelhantes concedidos pelos demais Estados da Federação.

II - conceder outros benefícios no âmbito do imposto como forma de compensar as empresas estabelecidas no Estado pela concorrência desleal provocada por favores concedidos à importação de mercadorias e bens por outras Unidades da Federação.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 782/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 069/2005, dispondo sobre o pagamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, com dispensa de multas e juros, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2005, de 17/12/2005, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 782/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 782/2005, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o pagamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, com dispensa de multas e juros.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, estando plenamente amparado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, vez que visa a recuperação de créditos tributários que ainda não foram pagos pelos contribuintes.

O projeto prevê a dispensa de multa e juros e mantém a correção monetária do crédito tributário.

A multa e os juros são obrigações tributárias acessórias que não representam o valor do imposto e sim penalidade pelo não cumprimento da obrigação tributária na época oportuna, sendo que a dispensa destas penalidades não afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal, vez que esta em seu artigo 14 fala que deve haver impacto orçamentário sobre a dispensa do recebimento do imposto, gerando conseqüentemente perda de receita.

No caso em tela, não se está dispensando o pagamento do imposto devido, apenas e tão somente das penalidades, tendo em vista que o projeto prevê a manutenção do valor do crédito tributário, através da aplicação da correção monetária.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 4087, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Nereu Moura, Carlos Simões, Rafael Greca e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação em Comissão Geral de Plenário. **Aprovado.**

Em votação o projeto - **Aprovado.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 772/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 068/2005, visando incentivar a regularização de créditos tributários relativos ao ICMS que especifica, inscritos ou não na dívida ativa, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/2005, de 07/12/2005, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 772/2005

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto visa incentivar a regularização de créditos tributários relativos ao ICMS - inscritos ou não em dívida ativa, lançados até 30 de novembro de 2005.

Fundamentação

Determina o artigo 24, I, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; grifo nosso.

Na mesma esteira, a Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Vale lembrar o que dispõe o artigo 24, I, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

Cumpra ainda, observar o disposto no artigo 1º, parágrafo 6º do projeto de lei em tela, eis que o mesmo insta prejudicar aos empresários paranaenses, pois não dá prazo suficiente para que os mesmos se adequem às suas disposições.

Assim, apresento emenda modificativa, com o intuito de adequar o projeto às realidades dos empresários paranaenses, determinando que o vencimento da primeira parcela ocorra em 28 de janeiro de 2006.

O projeto ainda, no artigo 1º, parágrafo 7º, trata de matéria de competência privativa da União Federal, pois ao limitar dos honorários advocatícios em dois por cento sobre o valor consolidado dos créditos tributários acaba por desrespeitar o artigo 33, I, da Carta Magna, já que trata de matéria concernente ao direito processual, e já disposta no artigo 20 do atual Código de Processo Civil.

Do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em pauta não traz impacto financeiro, uma vez que, a adoção dos dispositivos ora analisados, aumentam as possibilidades do Governo arrecadar os impostos devidos que por muitas vezes são inadimplidos.

Com relação à técnica legislativa, o projeto preenche os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Ante o exposto nosso parecer é pela aprovação, com a já mencionada emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 772/2005

De acordo com o que determina o artigo 137 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Passará o parágrafo 1º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 772/2005 a contar com a seguinte redação:

§ 1º O pagamento integral do imposto, devidamente atualizado, deverá ser efetuado até o dia 28 de fevereiro de 2006, com dispensa da multa e dos juros, ressalvado o disposto no artigo 8º.

Fica suprimida a expressão estes limitados a dois por cento do valor consolidado do parágrafo 7º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 772/2005, passando o mesmo a contar com a seguinte redação:

§ 7º Para a quitação integral dos créditos tributários inscritos em dívida ativa e ajuizados até 30 de novembro de 2005, far-se-á necessário pagar as custas processuais e honorários advocatícios.

Passará o artigo 1º do Projeto de Lei nº 772/2005 a contar com o seguinte parágrafo 9º.

§ 9º O disposto no caput aplica-se também aos créditos tributários pendentes de lançamento ou lançados após 30 de novembro de 2005, desde que o fato gerador tenha ocorrido até esta mesma data.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 766/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/2005, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao município de Santo Antônio do Paraíso, do imóvel constituído pelos lotes urbanos nºs 69 e 70, da quadra nº 06, com área total de 1.050,00 m², conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Aprovado. (Publ. no DA nº 138/2005, de 06/12/2005, em Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 766/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a proceder à reversão do imóvel situado no município de Santo Antônio do Paraíso. Esse imóvel havia sido doado pelo Município do Estado, com destinação exclusiva de servir de sede do Destacamento da Polícia Militar ali existente. Como o Município efetuou doação de nova área para este fim, pretende-se através do projeto em análise que o imóvel especificado retorne ao Município.

Legitimidade

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, no seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que reverte à propriedade de imóvel do Estado ao seu proprietário anterior, uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Santo Antônio do Paraíso.

Conclusão

Concluimos, portanto, que o Projeto de Lei nº 766/2005, encontra correta aplicação da técnica legislativa e quanto à legalidade e constitucionalidade não há impedimento ao seguimento do mesmo.

O nosso parecer, pois, é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 766/2005

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 067/2005, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel situado no município de Santo Antônio do Paraíso.

Tal iniciativa já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 7º, do artigo 33, do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 765/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/2005, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel composto pelos lotes 02, 06 e 07, da quadra 206, na localidade denominada patrimônio realiza, no município de Realeza, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/2005, de 06/12/2005, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 765/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel no município de Realeza, no qual se acha instalado o Pelotão da Polícia Militar do Paraná, que será utilizado para a implantação de Posto de Bombeiro Comunitário, não podendo ter finalidade diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado.

Legitimidade

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alte-

ração e a consolidação das leis. Sugerimos para tanto a adoção da emenda modificativa em anexo.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, no seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que permuta à propriedade de imóvel doado ao Estado, uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Realeza.

Conclusão

Em sede de parecer, concluímos que o Projeto de Lei nº 765/2005, encontra correta aplicação da técnica legislativa com a adoção da emenda modificativa em anexo. Quanto à legalidade e constitucionalidade, não há impedimento ao seguimento do mesmo.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 765/2005

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 765/2005, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 765/2005

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 066/2005, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel no município de Realeza, conforme específica.

Tal iniciativa já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 7º, do artigo 33, do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, autorizando o Poder Executivo a denominar Demétrio da Silva Braga o viaduto saída para Maringá, município de Marialva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005, em Projeto de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 711/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, autoriza o Poder Executivo a denominar Demétrio da Silva Braga o viaduto saída para Maringá, município de Marialva.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Além disso, o trecho em questão não possui denominação conforme informação da Secretaria Estadual dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem- DER.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 711/2005

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a denominar Demétrio da Silva Braga o viaduto saída para Maringá, município de Marialva.

Tal iniciativa já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 7º, do artigo 33,

do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão visa homenagear um ilustre cidadão que se dedicou por vários anos ao município de Marialva.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 710/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, autorizando o Poder Executivo a denominar Paulo Caetano o viaduto saída para Aquidaban, município de Marialva. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado.** (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005, em Projeto de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 710/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, autoriza o Poder Executivo a denominar Paulo Caetano o viaduto saída para Aquidaban o viaduto saída para Maringá, município de Marialva.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Além disso, o trecho em questão não possui denominação conforme informação da Secretaria Estadual dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem- DER.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 710/2005

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a denominar Paulo Caetano o viaduto saída para Aquidaban, município de Marialva.

Tal iniciativa já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 7º, do artigo 33, do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão visa homenagear um pioneiro que muito fez em benefício da população e da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/2005, objetivando isentar do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado.** (Publ. no DA nº 127/2005, de 14/11/2005, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 703/2005 e 686/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo e do nobre Deputado Padre Paulo Campos, tem por escopo conceder isenção de ICMS para as operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais.

Fundamentação

I - Do Desmembramento dos Projetos

O projeto ora em análise, a despeito de dispor sobre tributação, o faz de forma dispersa e abrangente, senão, vejamos:

- Isenção do ICMS às operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais.

- Autorização ao Poder Executivo a conceder tratamento tributário especial para a importação de bens e mercadorias pelos portos de Paranaguá e Antonina, com redução das alíquotas de ICMS, de forma a neutralizar incentivos fiscais concedidos pelos outros estados da federação.

- Redução da iniciativa (sic), de modo permanente ou temporário, dos produtos paranaenses primários e os deles derivados a critério do Poder Executivo.

Malgrado trate do assunto tributação, o projeto não atende aos requisitos albergados pelo artigo 7º da Lei Complementar nº 95/98, que assim dispõe:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - executadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não veiculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma não específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva; (grifo nosso)

Ora, como se observa, o projeto de lei em tela não trata de um único objeto e, sobre o assunto, o artigo 51, parágrafo 20 do Regimento Interno, dispõe sobre o trabalho das comissões:

Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituir projetos separados.

Assim, procurando adequar o projeto de Lei nº 703/2005, de autoria do Poder Executivo, faz-se mister dividi-lo, contemplo separadamente cada uma das matérias ali tratadas.

Desta forma, o Projeto de Lei nº 703/2005, de autoria do Poder Executivo passará a contar com a redação pertinente, bem como será transformado em dois projetos distintos, conforme redações anexas.

II - Da Constitucionalidade e Legalidade

Nesse contexto, faz-se necessária a análise no tocante a constitucionalidade e legalidade do presente projeto. Ressalta-se, entretanto, que à parte desmembrada da disposição e que será autuada constituindo novo projeto, terá sua constitucionalidade e legalidade analisada no momento oportuno em que o projeto vier a tramitar por esta comissão.

Nossa Carta Magna, em seu artigo 24, estabelece a competência para legislar a respeito de Direito Tributário.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

Ainda conforme nossa legislação, nas palavras do professor Roque Antônio Carazza, *só a pessoa política que validamente criou, por meio de lei, o tributo, é que pode criar a isenção, desde que o faça, também, por meio de lei.*

No entanto, faz-se necessária uma análise quanto à competência e a iniciativa para apresentar tal proposição e, conseqüentemente, atestar a constitucionalidade e legalidade do projeto em tela.

Art. 129. Compete ao Estado instituir:

I - impostos previstos na Constituição Estadual;

Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as

matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII, da Constituição Federal. (grifo nosso)

Quanto à iniciativa legislativa acerca da matéria em questão, qual seja a isenção tributária, dispõe o parágrafo 6º do artigo 150 da Constituição Federal:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concluído mediante lei específica federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, g. (grifo nosso).

Conforme as normas legais supra citadas, o Estado detém competência para instituir benefícios fiscais e só o pode fazer, bem como revogá-los, através de lei específica estadual.

Quanto à iniciativa para instaurar processo legislativo sobre matéria tributária, seja criação ou isenção de tributo, nos ditames da obra jurídica Constituição do Brasil Interpretada, escrita pelo ilustre jurista Alexandre de Moraes, o legislador constituinte consagrou, em matéria tributária, a concorrência de iniciativa entre Executivo e Legislativo.

Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o projeto encontra-se de acordo com os ditames constitucionais.

Quanto à técnica legislativa foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em decorrência de parecer, inferimos pela aprovação dos projetos ora analisados (703/2005 e 686/2005), devido aos motivos já explicitados, nos moldes do substitutivo geral em anexo e com o devido desmembramento das disposições em dois projetos distintos.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 703/2005

Art. 1º Ficam isentas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) as operações que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais.

§ 1º Compõe a cesta básica de alimentos:

I - açúcar; açúcar mascavo; alho, arroz em estado natural;

II - banha de porco; balas de melado de cana; batata em estado natural; biscoitos e bolachas derivados

do trigo, dos tipos cream cracker", "água e sal", "maísen", "maria" e outros de consumo popular, desde que cumulativamente, sejam classificados na posição 1905.31 da NBM/SH e não sejam adicionados de cacau, recheados, cobertos ou amanteigados, independentemente de sua denominação comercial.

III - café torrado em grão ou moído; cebola em estado natural; chá em folhas; creme vegetal; carnes e miúdos comestíveis, frescos, resfriados ou congelados, resultantes do abate de aves, coelhos e gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino; cebola em estado natural; chá em folhas, creme vegetal;

IV - erva mate;

V - farinha de mandioca e de milho, inclusive pré-gelatinizada; amido de milho; fubá, inclusive pré-cozido; farinha de trigo inclusive as misturas e pastas para a preparação de pães, classificadas no código 1901.20.9900 da NBM/SH; feijão em estado natural; frutas frescas;

VI - leite esterelizado tipo longa vida e leite pasteurizado embalado para consumo; linguiças;

VII - macarrão, mesmo que com molho, inclusive espaguete e outras massas alimentícias não cozidas, nem recheadas ou preparadas de outro modo, desde que classificadas na posição 1902.11 ou 1902.19 da NBM/SH; manteiga; margarina; mel; melado de cana; mortadelas;

VIII - gordura vegetal hidrogenada;

IX - ovos de aves/ovo em pó; óleos refinados de soja, de milho e de canola;

X - pão francês ou de sal, assim entendido aquele de consumo popular, obtido pela cocção de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água e sal, que não contenham ingrediente que venha a modificar o seu tipo, característica ou classificação e que sejam produzidos com o peso de até 1000 gramas, desde que classificados na posição 1905.90 da NBM/SH; peixes frescos, resfriados ou congelados; produtos vegetais em embalagem longa vida, com ou sem carne, desde que dispensados de refrigeração, descascados, esterilizados e cozidos a vapor;

XI - queijo mussarela e prato;

XII - rapadura; rapadura mista com amendoim;

XIII - sal de cozinha; salsicha, exceto em lata;

IX - vinagre.

§ 2º Como forma de estímulo ou de proteção para a produção rural e industrial do Estado, poderão ser concedidos, pelo Poder Executivo, outros benefícios, em qualquer das etapas da cadeia de produção e de comercialização, de forma temporária ou permanente, para os alimentos da cesta básica.

§ 3º O Poder Executivo poderá, dentro do critério referido no parágrafo anterior, ampliar a lista alimentos de que trata este artigo, enviando projeto de lei à Assembleia Legislativa no prazo de 90 dias.

§ 3º O Poder Executivo poderá, dentro do critério referido no parágrafo anterior, ampliar a lista alimentos de que trata este artigo, enviando projeto de lei à Assembleia Legislativa no prazo de 90 dias.

Art. 2º Os produtos paranaenses primários e dele derivados, tais como: trigo, milho, feijão, mandioca e outros, poderão, a critério do Poder Executivo, ter reduzida a alíquota do ICMS, de modo permanente ou temporário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, dispondo sobre a inclusão no Roteiro Turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Santuário do Morro da Salete. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2005, de 09/11/2005, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 696/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei tem como objetivo dispor sobre a inclusão no Roteiro Turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Santuário Morro da Salete, localizado no município de Medianeira-PR.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria se encontra definida na Constituição Federal, conforme se pode deprender abaixo:

Art. 23. *É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; (...)

Art. 24. *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

V - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência concorrente da União e dos Estados. Determina ainda o artigo 53, XVII da Constituição Estadual do Paraná:

Art. 53. *Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Quanto à iniciativa legislativa, define ainda o artigo 65 da Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Constitucionalidade

Quanto à elaboração e redação deste Projeto atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 95/1998:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

O projeto de lei sob análise não está em conformidade com a boa técnica legislativa, havendo impedimento em relação à legitimidade de seu proponente. Para corrigir tal falha, portanto, sugere-se uma emenda modificativa, a fim de adequá-lo às exigências da Lei Complementar nº 95/98.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável ao projeto em análise, nos termos da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 696/2005

Atendendo ao disposto no artigo 137, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 696/2005, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 668/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/2005, objetivando a criação do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, prevista no artigo 57 e parágrafo da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e com Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com aplicação no âmbito do território do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 120/2005, de 31/10/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 668/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 668/2005, de autoria do Poder Executivo, objetiva a criação do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, tendo em vista que cria um Fundo específico para destinação das multas provenientes da aplicação das Leis nºs 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 7347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), Lei 7853, de 24 de outubro de 1989 (Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público) e Lei nº 7913, de 07 de dezembro de 1989 (Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários).

O fundo tem como objetivo financiar planos programas ou projetos que objetivem a informação, orientação, proteção, defesa ou reparação dos danos causados ao consumidor, tendo o Poder Executivo competência legislativa para a implantação do fundo.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/2005, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que proíbe o Poder Executivo de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras e programas de rádio e televisão e publicações que pertençam a políticos em mandato eletivo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2005, de 30/08/2005, em Projetos de Lei, pag. 05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 527/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 527/2005, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, proíbe o Poder Executivo, as Secretarias de Estado ou qualquer órgão da administração pública direta ou indireta de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras e programas de rádio e televisão e publicações que pertençam a políticos em mandato eletivo.

Fundamentação

O projeto de lei se encontra amparado na Constituição Estadual, que em seu artigo 58 assim dispõe:

Art. 58. Os Deputados não poderão:

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 527/2005

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 137, parágrafos 3º e 4º do Regimento Interno desta Casa, apresenta emenda aditiva e modificativa ao projeto de lei em questão, incluindo no *caput* do artigo 1º, os incisos I e II, os parágrafos 1º e 2º e o artigo 2º, (renumerando-se o subsequente), passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam o Poder Executivo, as Secretarias de Estado e quaisquer órgãos da administração pública direta e indireta, autárquica ou fundacional, proibidos de celebrar contratos e repasses de recursos financeiros de publicidade, de qualquer espécie:

I - junto a emissoras de rádio e televisão que pertençam, ou tenham como funcionários contratados, ou profissionais mediante qualquer modalidade de contrato destinado à realização de horário de programa; políticos com mandato eletivo, ou parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou cônjuges, ou companheiros, ou afins.

II - junto a publicações impressas como jornais, revistas e outros periódicos, que pertençam, ou tenham como funcionários contratados, ou profissionais com contrato de qualquer espécie a fim de veiculação em espaço de coluna ou página; políticos com mandato eletivo, ou parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou cônjuges, ou companheiros, ou afins.

§ 1º Igualmente fica vedado o repasse de verbas referidas no *caput* deste artigo, caso as contratações mencionadas nos incisos I e II se derem através de pessoas jurídicas, em que políticos com mandato eletivo figurem como sócios, mesmo que minoritários, ou funcionários, ou que ainda sejam ligados nos mesmos moldes a parentes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou cônjuges, ou companheiros, ou afins.

§ 2º A mesma proibição se dará a eventuais subcontratações, por interposta pessoa, física ou jurídica, nos meios de comunicação referidos nesta lei.

Art. 2º Incorrem na mesma vedação do artigo antecedente os membros e funcionários do Poder Executivo, do Poder Legislativo e Tribunal de Contas, do Poder Judiciário, e quaisquer órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional; ou parentes

destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou cônjuges, ou companheiros, ou afins.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Nelson Garcia, Geraldo Cartário e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo das modificações é aperfeiçoar o projeto de lei, incluindo membros do Poder Público que ficaram de fora do texto originário, os quais, comparativamente à classe política, também gozam de indiscutível representatividade.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 527/2005, tem por objetivo alterar a redação proposta em seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º Fica a Administração Pública Estadual, direta e indireta, proibida de firmar contratos e repassar recursos financeiros para publicidade junto a quaisquer veículos de comunicação, seja da mídia impressa, falada ou televisionada, inclusive pela internet, sempre que as respectivas empresas pertençam a políticos no exercício de mandato eletivo ou que exerçam cargo efetivo, contratados ou em comissão junto ao poder público estadual.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Miltinho Pupio, Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Barbosa Neto, Elio Rusch e Valdir Rossoni.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 4109, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 527/2005.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/2005, criando, no Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, 23 (vinte e três) cargos de provimento em comissão, de diretor de unidades sócio-educativa, símbolo DAS-5. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Marcos Isfer. (Publ. no DA nº 085/2005, de 23/08/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 493/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 493/2005, de autoria do Poder Executivo, cria no IASP, 23 cargos de provimento em

comissão, de Diretor de Unidade Sócio-Educativo, símbolo DAS-5.

O projeto foi baixado em diligências para que fosse elaborada a estimativa de impacto orçamentário exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que foi cumprido pelo Instituto de Ação Social do Paraná, conforme Ofício 957/2005-GP.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

Segundo a estimativa de impacto orçamentário, o custo da implementação do projeto é de R\$ 58.825,95 (cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos) e encontra respaldo orçamentário.

O artigo 5º do projeto de lei deve ser retirado do texto porque estabelece cláusula genérica de revogação de disposições legais, o que fere o disposto no artigo 9º da Lei Complementar 95/98, que assim dispõe:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, retirando-se do texto o artigo 5º, que se encontra em desacordo com o artigo 9º da lei Complementar nº 95/2005.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 493/2005

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a criação no IASP, de 23 cargos de provimento em comissão, de Diretor de Unidade Sócio-Educativo, símbolo DAS-5.

Do Parecer

Preliminarmente deve-se dizer que tal projeto encontra guarida na constituição estadual em seu artigo 66, inciso I, conforme já expressado pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo de iniciativa privativa do Governador do Estado a disposição sobre o assunto.

O projeto ora em análise atende ao disposto na Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04.05.2000, em seus artigos 15, 16, 17 e 21, em especial quanto a apresentação de estimativa de impacto orçamentário realizada perante a Comissão de Constituição e Justiça, conforme parecer de 25.10.2005 apresentado por aquela Comissão.

Isto posto, somos favoráveis a regular tramitação da proposta.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, estabelecendo a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos do Estado, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 09/11/2005, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 464/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Ratinho Júnior, ora em análise, tem o condão de estabelecer a exigência de utilização de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para as licitações, contratações, que envolvam entes da administração direta ou indireta do Estado.

Legitimidade

A Constituição Federal assim assegura:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, III;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XI - procedimentos em matéria processual;

A Constituição assim afirma:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Assim, não há óbice algum quanto à iniciativa do presente projeto, pois o estabelecimento de uma forma ou modalidade de realizar licitação, é senão matéria processual administrativa, competência concorrente do Estado em legislar.

Mérito

Vale dizer, que a União já exerceu sua prerrogativa de legislar de modo exclusivo, ou seja, há uma Lei Federal sob o nº 10.520 de 17 de julho de 2002 que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Vejamos:

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Assim, só pode o Legislador Estadual regular de forma a complementar ou regular aquilo em que for omissa a lei, o que pouco se verifica, em virtude da lei federal ser bem direcionada, específica e clara. Por isso, aplica-se a lei estadual naquilo em que se omitir a lei federal, em virtude da hierarquia da norma legal.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à iniciativa legislativa, mérito e técnica legislativa LC 95/98, bem como com a lei de responsabilidade fiscal, LC 101/2000.

É a constitucionalidade do presente projeto aferida que o parecer é pela aprovação e regular tramitação deste.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 464/2005

P A R E C E R :

O projeto do nobre Deputado Ratinho Júnior, que trata da exigência de utilização de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para as licitações que envolvam entes da administração direta ou indireta do Estado, não apresenta nenhum impedimento para a sua regular tramitação naquilo que compete a esta Comissão opinar.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, determinando o fechamento de estabelecimento e instituições que facilitem ou promovam exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CAICTM e SP. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 347/2005. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2005, de 30/05/2005, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 322/2005 e 347/2005

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de Lei nº 322/2005 e iniciativa do ilustre Deputado Bradock ao qual foi anexado o Projeto de Lei

nº 347/2005, de iniciativa do Deputado José Domingos Scarpellini, ambos absolutamente igual texto, dispõe sobre o fechamento de estabelecimentos e instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes.

Trata-se, de fato, de cópia *ipsis littere*, inclusive da justificativa da proposição, do Projeto de Lei nº 5425/2005, apresentado pelo Deputado Federal Carlos Nader, do Partido Liberal do Rio de Janeiro, perante a Câmara dos Deputados.

Voto do Relator e Fundamentação

A Comissão Parlamentar Mista de Exploração Infantil da Câmara Federal, presidida pela Deputada Maria do Rosário concluiu com diversas sugestões para o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes, e daí resultou a apresentação de diversas proposições junto à Câmara Federal e um deles é o texto ora apresentado, quanto ao fechamento de estabelecimentos e instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Diversos outros projetos de lei no mesmo sentido encontram-se em discussão ou já foram transformados em lei, tanto em Assembléias Legislativas, como nas Câmaras de Vereadores de inúmeros estados e municípios brasileiros.

Trata-se, pois, de matéria de competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos do inciso XV, do artigo 24, da Constituição Federal, pois versa sobre a proteção à infância e à juventude.

Mas a proposição também pode ser entendida como de competência municipal quando trata de cassação de alvará de funcionamento.

Mas a forma da redação do projeto de lei estadual ora em anexo não versa sobre cancelamento de alvarás, mas sim, obriga o Executivo estadual a simplesmente fechar todo e qualquer estabelecimento comercial ou instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial ou aliciamento de crianças e adolescentes. Portanto, o bem a ser preservado é a proteção à infância e à juventude, o que é obrigação das autoridades estaduais.

E em se tratando de competência concorrente, a proposição constitui-se de legislação complementar à norma geral que é o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Deixo de atender sugestão apresentada em análise preliminar pela Assessoria Técnica desta Comissão, onde se propõe a inclusão na redação do artigo primeiro a menção expressa do artigo 244-A, parágrafo segundo do Estatuto da Criança e do Adolescente, por entender não ser de boa técnica a menção de artigo de lei de outra esfera do sistema federativo pátrio, posto que qualquer alteração nesta, deixa desatualizada a legislação que inclui em seu texto artigos de leis, como a ora sugerida.

Desta forma, o nosso voto é pela regular tramitação dos projetos de lei apresentados nesta Casa e apensados, por ter o mesmo texto, com a redação original.

Conclusão

Destarte, diante do acima exposto, somos de opinião favorável à regular tramitação da proposição, por não apresentar qualquer irregularidade formal, devendo ser analisada em seu mérito.

Sala das Comissões, em 08.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL
PROJETOS DE LEIS Nºs 322/2005 e 347/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Delegado Bradock, tem por objetivo determinar o fechamento de estabelecimento e instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes.

Após receber parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, com relação à legalidade, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito.

Visando proteger as crianças e os adolescentes de redes de exploração sexual comercial, enaltecendo a iniciativa do Deputado Delegado Bradock, bem como, examinamos parecer favorável à matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETOS DE LEIS Nºs 322/2005 e 347/2005

P A R E C E R :

Acima de interesses mesquinhos e nefastos, a nossa sociedade precisa de proteção do Estado para coibir práticas nocivas.

Ao tratar-se da exploração sexual, principalmente de crianças e adolescentes, o caso é bem mais sério e todas as medidas e proteção devem ser tomadas.

Portanto, nosso parecer é pelo acolhimento do projeto do nobre Deputado Delegado Bradock, que deverá merecer a aprovação deste Legislativo.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

2ª Discussão**ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2005, introduzindo e alterando incisos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, na forma que especifica, (ICMS).

COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Antes de entrarmos na votação, temos que votar o Requerimento nº 4096, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Neivo Beraldin, Rafael Greca, Nelson Garcia e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral para o referido projeto.

Em votação o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Srs. Deputados, Srs. Presidente, neste momento, estamos votando o projeto que ontem eu levantei a questão, que está aumentando a multa de 10 para 30%. Ou nós fazemos um acordo de retirada do projeto ou nós votamos pela derrubada dele.

Não há mais tempo, por essa razão o Líder do Governo está na sala falando com a Secretaria das Finanças.

A Secretaria das Finanças ficou de falar com este Deputado, pela manhã, para justificar; não houve justificativa, por isso eu encaminho pela votação contrária à admissibilidade deste projeto.

Vamos votar contrário porque estamos, neste momento, transformando em comissão geral. Se nós não transformarmos em comissão geral, nós votaremos este projeto no ano que vem, com mais tempo, e não na situação que nos encontramos hoje.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, convidamos o Diretor de Fiscalização da Secretaria da Fazenda e ele esteve hoje aqui na Casa, junto com os técnicos e justificaram esta mensagem do Governo.

Há uma sonegação grande no Estado e para coibir isso vem este projeto para Assembléia. Em função da discussão que o Deputado Valdir Rossoni levantou, ligamos agora à Secretaria da Fazenda e eles aceitam e é possível fazer uma alteração para aqueles que não são reincidentes ainda, porque têm empresas que, todo mês, colocam em dívida ativa o seu pagamento para depois pagar os chamados precatórios e o Governo vai quebrar dessa forma se a Casa não se posicionar diante desse fato gravíssimo, hoje, no Estado do Paraná.

Então, quero pedir a compreensão do Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni. Nós entendemos a sua preocupação com aqueles que não podem pagar. Os bons não podem pagar pelos maus pagadores. Nós temos até uma relação aqui, e parece que ia um Projeto de Lei de V. Exa. para dar publicidade àqueles que não contribuem, que não pagam. Nós não vamos expor a relação porque ainda seria ilegal, mas tem uma relação disso que eu acho que é gravíssima e a Casa tem que se posicionar. Nós vamos discutir, Deputado Rossoni, é possível fazer

uma alteração nisso para que não prejudique aqueles que...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu suspendo a Sessão por três minutos para que possamos fazer uma reunião.

(É suspensão a Sessão)

(Reaberta a presente Sessão Ordinária)

Nós tínhamos suspenso a Sessão.

Reiniciando os trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni para encaminhar o requerimento de transformação da Sessão Plenária para votação da Mensagem nº 052/2005, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Eu gostaria de ouvir da Liderança do Governo as explicações, para que depois nós ou vamos encaminhar esta questão da transformação em comissão geral ou não. Agora, quero ouvir o governo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Para Encaminhar)

Deputado Rossoni, de acordo com o entendimento pré-estabelecido e já encaminhado, o governo concorda com noventa dias. Dentro desses noventa dias de *inter regnum* estariam contemplados aqueles que eventualmente venham a atrasar. Os casos típicos de empresas que por dificuldades momentâneas não tiveram condições de honrar seus compromissos.

É justamente atendendo ao pleito que V. Exa., junto com a Liderança do Governo entenderam de que há justiça tributária. Na busca de justiça tributária assim ficou acrescentado à mensagem do Executivo, o seguinte artigo:

Art. 8º A multa no inciso I do parágrafo 1º deste artigo, será equivalente a 30% do valor do imposto declarado e não recolhido ao contribuinte que deixar de pagar no prazo previsto da legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado na forma prevista no artigo 4º, a partir da segunda inadimplência.

Isto é, na primeira inadimplência, dos primeiros trinta dias, o contribuinte continua tendo o benefício do artigo 40, que estabelece 0,33 por dia, dando um total de 10%. A partir do segundo, ele ainda tem o benefício dos trinta, acrescentando o direito de pagar com precatório.

Este é o artigo que entendo que desta forma contempla os interesses colocados por V. Exa.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, estou aguardando a emenda, para tomar uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos aguardar a Emenda.

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSDB) (Para Encaminhar)

Nós, agora a pouco, juntamente com o Deputado José Maria, entramos em contato com a Secretaria da Fazenda. E o que acontece hoje no Estado do Paraná é que administrativamente você não consegue pagar a dívida com precatórios. E demora um prazo de no mínimo noventa dias para que o Estado converta a declaração do contribuinte em dívida ativa. A partir de então, possibilitando que se pague com precatórios.

Atendendo um pedido de alguns Deputados, entre os quais o Deputado Rossoni, que estava preocupado que eventualmente um contribuinte que teve qualquer problema financeiro e não pôde honrar com o compromisso e seria multado, nós entendemos que este prazo de noventa dias atende a todos, tanto o Governo, que quer cercear o uso indiscriminado de precatórios e o atraso contumaz de alguns contribuintes, quanto o Deputado Valdir Rossoni, que quer preservar o direito de alguns contribuintes que atrasam, não com o intuito de pagar com o precatório, mas atrasam porque não podem pagar.

E este contribuinte que atrasa, a partir do momento em que ele atrasou noventa dias, se ele pagar o primeiro mês, ele pode atrasar mais um mês, porque ele vai estar dentro do prazo de noventa dias. No outro mês, se ele paga o segundo mês, ele pode ir empurrando.

Fica melhor que aquela emenda que queriam propor, que era ilegal, de dizer que a quem atrasar uma vez, não cobra os 40%, quando atrasar a segunda vez, paga. Isto não existe. Tem que ser objetivo.

Então, neste critério, passa a contemplar não só o Deputado Valdir Rossoni quanto o Governo que quer coibir o uso de precatórios.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de sugerir à Mesa que consultasse aqueles Deputados que eventualmente têm interesse diretamente na matéria diretamente ou familiar, que ficassem impedidos de votar neste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Gostaria que V. Exa. citasse os Deputados que têm participação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Apenas indico à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu não sei. V. Exa. é quem está levantando a questão, tem citar os Deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Se servir a carapuça para alguém, esse alguém deve entender.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Naturalmente nós estamos discutindo esse projeto, o Deputado Reni fez uso da palavra, o que eu acho estranho é o fato de alguns Deputados terem levantado o problema e ter havido uma reunião aqui nesta Casa, Sr. Presidente, e este Deputado, pelo menos a informação verbal de outros aí, mas eu com certeza estou desde às 8h30 aqui na Casa, não fui convidado para receber os esclarecimentos dessa matéria.

Portanto, acho estranho votar em comissão geral um projeto com essa complexidade, a toque de caixa, como se o problema fosse surgido de agora.

Sr. Presidente, acho que é temerária a forma da votação. Podemos incorrer em erros gravíssimos e prejudicar o pequeno, ao contrário do que estão dizendo: "Vai punir os grandes". Vai prejudicar os pequenos. Então, era isso Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria, conforme o nosso entendimento, já que houve a paralização, que houvesse o encaminhamento, um favorável e outro contrário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. poderá encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sim, eu gostaria de saber se o Governo vai encaminhar, de repente o Governo me convence, porque até agora não me convenceu.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (Pela Ordem)

Nós estamos dentro de uma situação tão difícil, um problema tão complexo, que acho, Sr. Presidente, que mais cinco ou dez minutos de paralização não iriam causar nenhum tipo de atrapalho. Eu sei que nós temos um problema sério aqui, consternante até, que é o velório do nosso amigo Molinari, mas eu acho que mais cinco ou dez minutos nós poderíamos chegar a um denominador comum, até porque estamos consultando pessoas que podem nos ajudar.

Eu requeri a V. Exa. mais cinco minutos pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Sessão está suspensa por cinco minutos, religiosamente.

Reinício os trabalhos.

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni, por dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos, neste momento, votando o requerimento que transforma em comissão geral, para que possamos votar esse projeto em primeira, segunda e redação final. Só por isso já é um absurdo. Porque estamos tratando de uma questão seriíssima, de um aumento da multa de 10% para 30% e estamos votando no afogadilho.

Em dez minutos surgiram aqui umas cinco opiniões para resolver esse problema.

Não nos posicionamos contra o projeto, o que não queremos é que os sonegadores sejam tratados iguais àqueles que, eventualmente, atrasam um mês o seu imposto.

Precisamos aprovar uma lei perfeita, que atenda aos interesses do Paraná. Não estou aqui para defender os grandes sonegadores. Estou aqui pedindo para os Srs. Deputados que não transformemos o plenário em comissão geral e votaremos, em primeira, a sua constitucionalidade. E ele ficará para ser votado dia 15 de fevereiro. Até lá poderemos subsidiar e apresentar uma emenda que traga proteção às pessoas que pagam impostos neste Estado. É em nome delas que apelo aos Srs. Parlamentares.

Por esta razão, peço aos Srs. Deputados, que votemos contra a transformação de comissão geral.

Como diz o Mão Santa, o Senador do Senado da República: "Atentai bem o que é que estamos votando, Srs. Deputados, porque amanhã os senhores serão cobrados na rua!" Por essa razão, eu peço: não vamos transformar em comissão geral. Sobre a questão da constitucionalidade e do mérito do projeto nós vamos discutir depois, mas gostaria, como Parlamentar, de ser respeitado.

Quando um projeto tem tamanha importância para nossa sociedade, não pode vir no afogadilho, não é possível chegar aqui, no último dia, para votarmos. Vamos impor a nossa vontade, vamos mostrar que o Legislativo paranaense quer sim, debater os projetos, porque essa forma de encaminhar a esta Casa projetos no afogadilho, é uma forma de nós não termos oportunidade de discutir, de debater e de aperfeiçoar o projeto que veio a esta Casa.

Por essa razão, NÃO à comissão geral.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, já estamos há tempo discutindo isso, já teve acordo inclusive, e nós mantemos a posição: comissão geral e votar o projeto com essa Emenda que foi apresentada, agora com noventa dias de prazo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agora vai ser votado o requerimento.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, nós aguardamos a emenda, discutimos com os outros companheiros, não temos uma posição unânime, mas gostaria de fazer duas colocações: primeiro com relação à oportunidade. Parece-me, como

disse o Deputado Rossoni, embora concordemos com a Emenda, pelo menos a Emenda que estamos aguardando o projeto, em parte se resolve os problemas, e está dito aqui pelo Deputado Reni Pereira, e nós aí votamos favoravelmente, assim como conhecemos a Emenda, a comissão geral.

Agora, é preciso que tenhamos claro qual é o compromisso, Deputado Rossoni, e eu gostaria de perguntar ao Deputado Dobrandino: qual é o compromisso que a Liderança do Governo assume de que essa emenda não vai ser vetada, porque tivemos um acordo, aqui, anteontem, uma Emenda que havia sido feita de acordo, eu não votei o projeto, mas de acordo com aqueles que votaram, que é Emenda da Emater, o Governador Roberto Requião vetou e se manteve o veto. Então, quero saber se é para valer. Se for para valer, a Bancada do PT vota na comissão geral. Agora, se for para podermos votar hoje, aí não precisa nem dizer o que vamos fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, respondendo ao Deputado Tadeu Veneri, esta Emenda veio da Secretaria da Fazenda, com a anuência do Governo e o nosso papel aqui é votar. Não podemos garantir que o Governo não vai vetar uma Emenda feita na Assembléia, mas esta Emenda, na verdade, veio do Governo e imagino que o Governo manterá.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Imagina! Sr. Presidente, ele imagina!

Deputado Tadeu Veneri: atentai para o que o nosso Líder do Governo diz! Nem o Líder do Governo garante que a Emenda não vai ser vetada! Se o Líder do Governo não dá a palavra para nós da Emenda, não há como transformar em comissão geral, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação. Peço aos Srs. Deputados que se dirijam às suas poltronas.

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Trinta e um Srs. Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Treze votos contrários.

Está aprovado o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero fazer o registro do voto.
(Assentimento)

O registro do voto porque, Deputado Tadeu, nem o Líder do Governo assumiu compromisso que não vai ser vetada esta Emenda que vamos votar a seguir. Se o Líder do Governo não assume este compromisso, o que estamos votando? Desculpe-me, mas não é desta forma que é tratado aqui no legislativo. Há dezesseis anos que estou nesta Casa. Sempre o Líder do Governo quando assumia o compromisso, era a palavra do Governador. Tenho um grande respeito pelo Deputado Dobrandino, temos uma tratativa respeitosa, mas ao longo do tempo, os líderes ao darem a palavra, era honrado, porque era a palavra do Governador.

Então, neste momento não temos a garantia.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, é registro de voto ou uma explanação do Deputado Valdir Rossoni?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ele está fazendo só uma consideração.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Encerro, porque acato a Questão de Ordem do Deputado Artagão, porque tenho notado o empenho dele no decorrer do andamento desta Casa em todos os projetos.

Registro: Deputados Traiano, Elio Rusch, Barbosa, Luiz Carlos Martins, Artagão, Stica. Sr. Presidente, não tenho como registrar com quem votou contra, em pé!

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Deputado Stica votou com a Bancada do Governo, para que não haja dúvida.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputados Renato Gaúcho, Praczyk, Waldir Leite, Arlete Caramês, Marcos Isfer, André Vargas, Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado, nobre Deputado. Registramos também o voto do Deputado Plauto, contrário à aprovação.

Sobre o referido projeto há duas emendas.

Tem uma Emenda formulada pelo Deputado Rossoni, devidamente apoiada e tem outra do Deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiada.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, vou encaminhar a minha Emenda, mas se o Líder do Governo empenhar a palavra que não vai vetar a emenda que for sugerida pelo Secretário da Fazenda eu não encaminho a minha emenda e retiro-a.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Eu já falei, Sr. Presidente. Essa emenda veio do Governo, não tem mais explicação. O Deputado Rossoni está exigindo demais.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

O que o Deputado Dobrandino disse é que ele não pode retirar as atribuições do Executivo, de ter de fato o privilégio e a condição de vetar. Agora, a questão do veto depois será analisada por esta Casa, se houver. Que eu creio que não deva porque foi orientação da própria Secretaria através dos seus técnicos, a Emenda que apresentamos ao parágrafo 8º da Mensagem do Governo.

Portanto, Deputado Valdir Rossoni, não tenho dúvidas. Se for vetado, de manter o voto que fizemos aqui, porque veio da Secretaria da Fazenda e merece fé, disse aqui o Deputado Anibelli. Portanto, posso dizer: sugiro ao Deputado Rossoni que retire a sua Emenda porque se votada aqui, nós vamos manter.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, apenas para colaborar com os Deputados. O Deputado José Maria Ferreira e o Deputado Dobrandino que é o Líder do Governo. Entendo claramente o Deputado Valdir Rossoni que é o Líder da Oposição, que já foi o Líder do Governo, como o Deputado Durval Amaral também foi, Deputado Stica, Deputado Ângelo Vanhoni.

Sabemos que a função do Líder do Governo é uma função espinhosa. Mas, na verdade, acho que o Governo que se diz democrático, o Governo que aceita a decisão do Parlamento, quando são feitos acordos, em princípio, Deputado Dobrandino, deveriam ser cumpridos. Sei que V. Exa., com um palavreado simples que se diz, está em uma "saia justa".

Mas espero, após as palavras do Deputado José Maria Ferreira, quando disse que acredita que a Emenda que tenha vindo agora, com a concordância da Secretaria da Fazenda, caso a Assembléia venha a vetá-la, a exemplo daquilo que aconteceu com a Emater, que também houve um acordo e o Governo vetou.

Gostaria que o Deputado Dobrandino pudesse assumir esse compromisso com o Parlamento do Estado do Paraná, com todo o respeito que nós lhe devotamos, caso o Governo vete, porque o senhor não pode falar pelo Executivo - o senhor é o Legislativo, e o Executivo é ele - e assumimos o compromisso de derrubar o veto do Governo. V. Exa. poderia assumir o compromisso, liberar a bancada e dizer que derruba o veto, caso o Governo venha a vetar.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Vou pronunciar mais uma vez que derrubei, nesta Casa, vários vetos do Governador, com a minha concordância.

Não posso assumir que o Governo não vai vetar. Assumo o compromisso de que se o Governo vetar, eu voto aqui para a derrubada do veto.

(Vozes paralelas)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Para Encaminhar)

Apenas para contribuir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de maneira efetiva com esse impasse, a Emenda é boa. Se o Governador vai vetar ou não é outra história e não ficaria bem se ele assim o fizesse. Mas a Emenda é boa, posso afirmar com toda a convicção, de quem, durante esse período em que tivemos, procurou conversar com outras pessoas que puderam contribuir e que leram a Emenda e disseram que esta é boa para o Governo e para os empresários.

Sr. Presidente, tivemos a palavra, primeiramente, do Deputado José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado, para colaborar na sua colocação, o Deputado Dobrandino veio aqui pessoalmente e falou que se o Governo vetar - ele não acredita no veto, porque é uma Emenda que foi encaminhada pelo próprio Governo - ele não só liberará a Bancada, como trabalhará para derrubar o veto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Mas, Sr. Presidente, como disse o Deputado Nelson Justus, a Emenda é boa e acredito nela. É a Emenda da vontade do povo do Paraná. Porque estamos aqui representando o povo e estamos aqui votando aquilo que é de interesse da comunidade. A Assembléia Legislativa que tem prerrogativa. Se o Governo vetar vai sinalizar para a sociedade que estamos errados, vamos ter a prerrogativa de derrubar o veto do Sr. Governador.

É um compromisso público que esta Casa está assumindo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente Hermas Brandão, de pouquinho em pouquinho estamos avançando. Conseguimos inserir essa Emenda classificada como boa e eu a classifico como menos ruim. Não é boa, Deputado Nelson Justus, é menos ruim. Conseguimos também a palavra do Líder do Governo, de em uma eventualidade, mas é de se estranhar.

Acredito na palavra do Deputado Dobrandino. Se a Emenda é de autoria do Governo, por que vetar? Por que não erguer o telefone e ligar para o Governador e dizer: o Governador assume o compromisso junto conosco. Era dessa forma que nós tratávamos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto V. Exa. se vai retirar a sua emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. Estou encaminhando a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. vai retirar ou não?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Curi, não estamos discutindo o Governo Jaime Lerner. Estamos discutindo o projeto do Governo Requião, que veio no afogadilho e não nos deu oportunidade de discutir.

Então, Sr. Presidente, que fique claro, porque somos minoria e já que conseguimos avançar um pouquinho, vamos recuar, acatando com essa Emenda menos ruim - que fique bem claro - e retiro a minha Emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está devolvida a Emenda de V. Exa.

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado André Vargas.

Só peço a compreensão dos Srs. Deputados, porque estou acabando de receber a informação da Funerária São Francisco que o corpo do Diretor do Departamento de Pessoal, que faleceu hoje, Luiz Carlos Molinari, chegará aqui às 18h00.

Acho que o assunto está esgotado. Já houve o entendimento e não há mais razão de se Encaminhar. Então, peço que seja o último a Encaminhar o Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, apenas em alguns minutos.

Primeiro, não sou contrário a esse projeto. Acho que a Emenda e o projeto são mais ou menos como aquele filme Fredy e Jason, porque um desossa e o outro só dá uma esfaqueada. Vamos nos arrepender!

Portanto, quero Encaminhar que votarei contra a Emenda e contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos designar para relatar a Emenda o Deputado José Maria Ferreira.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 665/2005

De acordo com o que determina o artigo 137, parágrafo 2º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, passará o Projeto de Lei nº 665/2005, oriundo da Mensagem nº 52/2005 a contar com a seguinte redação:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná DECRETOU e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - os incisos II, XIX e XX do parágrafo 1º do artigo 55 passam a vigorar com a seguinte redação:

II - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos casos previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;

XIX - de 10 (dez) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos em desacordo com a legislação;

XX - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos;

II - ficam acrescentados a alínea "n" ao inciso XIV do parágrafo 1º e o parágrafo 8º ap artigo 55:

"n - descumprir qualquer obrigação acessória determinada na legislação tributária, que não tenha infração prevista nas demais hipóteses deste artigo."

§ 8º a multa prevista no inciso I do parágrafo 1º deste artigo será o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado na forma prevista no parágrafo 4º do artigo 45, a partir da segunda inadimplência, consecutiva ou não, podendo ser ampliado em relação a estas o benefício descrito no artigo 40 da lei.

III - fica revogada a alínea "d" do inciso XIV do artigo 56.

Ficam revogadas as Leis nºs 14.363, de 28 de abril de 2004; nº 14.469, de 21 de julho de 2004 e nº 14.585, de 14 de janeiro de 2005.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, diante das discussões que houveram e dos debates, agradeço a indicação pela relatoria e o parecer é favorável à Emenda do parágrafo 8º da Mensagem do Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada por unanimidade.

Está em votação o projeto.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário dos Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, André Vargas, Marcos Isfer e José Domingos Scarpellini.

Requerimentos:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 4099-A, 4130 e 4156, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4102 a 4108 e 4123, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4111-A e 4125, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4113, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4114, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4115 a 4118, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4120, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4126 a 4129, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4131, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4132, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4135, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 591, 605 e 647/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 322, 465, 493, 668, 696, 703, 710, 711, 765, 766, 772, 782, 788/2005 e do Projeto de Resolução nº 025/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 343, 598 e 704/2005.

Levanta-se a Sessão.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX